

## As solicitações de Professores públicos primários em Sergipe (1849-1854)

---

Simone Silveira Amorim<sup>I</sup>  
Hugo de Almeida<sup>II</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo demonstrar o papel do estado como fiscalizador, regulador e gerenciador da instrução pública no que diz respeito ao trabalho do professor primário na província sergipana, entre 1849 e 1854, através das solicitações de mobílias, utensílios para uso nas aulas, transferências, licença para cuidar da saúde, viagens e exonerações. Tendo como referencial teórico Elias (1994) e Chartier (2002) e através dos pressupostos teórico- metodológicos da História Cultural, demonstrar-se-á a formação de uma rede de interdependência e da representação do trabalho docente com base nas solicitações registradas nos livros de registro de ofícios, bem como nos ofícios e correspondências e nos relatórios de presidentes de província, pois funcionavam como ferramenta de controle do estado sobre o trabalho do professor e evidenciam a maneira como este se adaptava a essa ação sobre o trabalho docente.

**Palavras-chave:** Professor público primário, Sergipe, Solicitações, Trabalho docente, Século XIX.

**Abstract:** This article aims to demonstrate the state's role as controller, regulator and administrator of the public education as for the work of schoolteachers in the province of *Sergipe*, between 1849 and 1854, through requests of furniture, school material to be used in the classroom, transfers, leave of absence for health care, trips and dismissals. Theoretically based on Elias (1994) and Chartier (2002) and through the methodological assumptions of Cultural History, this research will demonstrate the formation of an interdependence network as well as the representation of the teaching work based on requests registered in the official record books, in official documents, letters sent by teachers and reports of Presidents of the province as they functioned as tools of the state to have control over the teacher's work, demonstrating how the teacher adapted to this control over them.

**Keywords:** public primary teacher. *Sergipe*. Requests. Teaching profession. 19th century.

Artigo recebido em 28/08/2014 e aprovado 30/09/2014.

# AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

## 1. Introdução

De acordo com Roger Chartier, a micro-história tem a pretensão de reconstruir, a partir de uma situação particular, as formas como os indivíduos produzem o mundo social por meio de suas alianças e embates, mediante relações de dependência que os unem ou dos conflitos que os opõem<sup>III</sup>. Assim sendo, cada ator histórico precisa ser visto em sua singularidade, mas inserido nas suas relações de interdependência e no seu contexto. Dessa forma, entendemos que a chamada micro-história tem um papel fundamental já que reconstrói a forma como os indivíduos fabricam seu próprio mundo, ou seja, suas representações.

Na verdade, o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de uma “cultura”, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado<sup>IV</sup>

Assim, a partir das relações construídas entre o governo e os professores se estabelecem as bases para a organização do trabalho docente nesse período. Essa relação estabelecida entre o Estado e funcionários da instrução pública legitimava as ações de ambas as partes e também funcionavam como ferramenta de ajustamento da prática pedagógica, já que as autoridades responsáveis pela instrução pública tomavam conhecimento das ações dos professores e, diante das circunstâncias, tomavam as devidas atitudes. Nesse sentido,

É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração de uma pessoa [...] em sua interdependência com outras figuras sociais da época<sup>V</sup>

Existem vários aspectos a serem observados quando fazemos pesquisa em História da Educação, dentre eles, encontram-se o contexto e as relações de interdependência em que o personagem da pesquisa está inserido. Podemos assim afirmar que somos o resultado da influência que as pessoas que estão à nossa volta e os acontecimentos exercem sobre nós. Como ressalta Elias:

[...] o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele [...]<sup>VI</sup>

A emergência dos aspectos culturais quanto aos estudos relacionados ao comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico são objeto da História Cultural. Assim, esquemas teóricos generalizantes foram deixados de lado, havendo uma valorização de grupos particulares, a exemplo dos professores primários do século XIX.

Assim, pode-se observar que o trabalho docente, suas representações e as redes de interdependência estabelecem uma relação na análise feita aqui com o intuito de demonstrar o

# AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

papel do estado como fiscalizador, regulador e gerenciador da instrução pública. Cabendo ao professor público, enquanto funcionário, a responsabilidade direta pela instrução dos indivíduos. Tendo como referencial teórico Norbert Elias e Roger Chartier e através dos pressupostos teórico- metodológicos da História Cultural, demonstrar-se-á que as solicitações nos ofícios manuscritos encontrados nos três livros de registro de ofícios expedidos pela secretaria da província, bem como nas correspondências de professores e nos quadros da instrução pública, anexos aos relatórios de presidente de províncias funcionavam como ferramenta de controle do estado sobre o trabalho do professor e evidenciam a maneira como este se adaptava a essa ação sobre o trabalho docente.

## 2. As Solicitações no Livro de Registro

### 2.1 Mobília e utensílios

Os livros de registros de ofícios expedidos permitem observar como era ser professor público primário na década de cinquenta do século XIX. Por possibilitar pistas sobre o planejamento de nação pensado naquele período e a sua realidade, no que diz respeito às condições estruturais e formas de controle, bem como as relações de interdependências existentes entre o Estado e seus funcionários. Pode-se perceber também o papel do governo provincial que interagiu e regulava os professores primários, suprimindo suas necessidades ou punindo-os no rigor da lei. Nesse sentido, este último foi utilizado como instrumento delineador das práticas pedagógicas.

Para o cumprimento dos seus deveres, os professores públicos primários deveriam solicitar junto ao governo provincial os materiais necessários para sua aula, por intermédio dos inspetores ou comissários da instrução. Esses materiais aparecem nos ofícios e correspondências como: *utensis*, para tinta, tinteiro, pena para escrever e papel; o termo mobília (bancos, mesas, cadeiras, dentre outros). Todos esses materiais faziam parte da cultura material escolar.

O conceito de cultura aqui aplicado tem fundamento na concepção de Roger Chartier, ao afirmar que a cultura é *um conjunto de significações historicamente transmitidas e inscritas em símbolos, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida, suas atitudes diante delas.*<sup>vii</sup>

Não se deve também observar a cultura material escolar pela ótica da sua mera utilização, estranha às forças que a produziram, mas sim como fruto do conflito de forças que a legitimaram como adequada para determinado método de ensino e período. Segundo Julia, a cultura material escolar é *um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimento e a incorporação de comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo a época.*<sup>viii</sup>

Quando tomada por essa ótica, como perspectiva de análise dos utensílios e mobiliário utilizados no início da segunda metade do século XIX, consegue-se compreender dessa forma os objetos escolares não apenas pela sua utilização, mas por sua transmissão de valores e concepções educacionais presentes na cultura escolar daquela época.

O processo de organização da educação escolar em Sergipe, como no Brasil, foi marcado profundamente com a descentralização administrativa imposta pelo Ato adicional de 1834. Através dele o Governo Central responsabilizava-se pelo ensino superior e as províncias encarregavam-se do ensino primário e secundário. Essa

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

**SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA**

organização pode ser compreendida através da presença do mobiliário escolar, dos objetos didáticos, da Institucionalização do método de ensino e da preocupação com a arquitetura escolar, como espaço próprio do ensino.<sup>IX</sup>

Embora o Governo Provincial tivesse a responsabilidade de custear o ensino público primário na província através do pagamento do aluguel de casas onde funcionavam as Cadeiras de Primárias Letras e fornecimento de utensílios e mobília, em alguns casos os materiais não chegavam ou não correspondiam à quantidade de alunos existentes na Cadeira. Esse fato levava os professores constantemente a solicitar do Governo da Província os recursos necessários para dar funcionamento a suas aulas.

As solicitações de utensílios e mobiliário, em alguns casos, podiam ser resolvidas pelos comissários de instrução das vilas ou eram enviadas para o Inspetor Geral das Aulas para que decidisse qual procedimento tomar. Esse último geralmente aparece como principal funcionário da máquina pública a manter comunicação direta com os professores e com o governo da província através de correspondências. No entanto, os atrasos no fornecimento dos utensílios necessários para as aulas dos professores primários obrigavam, muitas das vezes, a aquisição dos materiais por eles mesmos, que posteriormente solicitavam o reembolso da quantia aplicada na compra.

É o caso do Professor Padre Thomas Antônio da Costa Pinto, da vila de Divina Pastora, a quem por intermédio do Inspetor Geral das Aulas foi enviado à quantia de 28R000 que correspondia à quantia despendida, “conforme consta do recibo junto”, pela compra de “moveis para a aula que rege”, como consta ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva, em 17 de outubro de 1851.<sup>X</sup>

Nos recibos que acompanhavam os ofícios de solicitação de utensílios ou mobiliário, como no exemplo acima, deveria constar junto com o pedido de reembolso um recibo de compra dos objetos. Com discriminação dos valores e quantidades dos materiais. Percebe-se nesse caso o mecanismo de controle do Estado, buscando dessa forma estabelecer regras para reembolso de quantias despendidas com o fornecimento de materiais para as aulas de Primeiras Letras.

As informações eram transmitidas ao Presidente da Província através de correspondências e ofícios, bem como em forma de Relatórios Circunstanciados da Instrução Pública, elaborado pelo Inspetor Geral das Aulas. Geralmente acompanhado pelo quadro da instrução, confeccionado a partir dos dados coletados pelo mesmo Inspetor. Esse relatório circunstanciado era também anexado ao relatório de Presidente da Província, indicando o número de cadeiras primárias e secundárias, bem como a quantidade de alunos distribuídos nas Cadeiras. A partir do trabalho desses indivíduos o Presidente de Província ficava ciente da situação da instrução nas diversas vilas e freguesias do interior da Província.

Assim sendo, uma teia de indivíduos são avisados sobre um ato da presidência da Província como, por exemplo, a abertura de uma Cadeira de primeiras letras em que o Inspetor da Tesouraria Provincial ou o Inspetor Provincial e o Inspetor Geral das Aulas eram comunicados sobre essa decisão. É como consta em um ofício registrado no dia 5 de junho de 1851, que notifica o Inspetor da Tesouraria Provincial e o Inspetor Geral das Aulas pelo provimento de Cadeira de Primeiras Letras, na Vila de Socorro, pela professora Josefa Maria da Trindade.<sup>XI</sup>

Caso semelhante desse tipo de controle do Estado pode ser observado no ofício enviado pelo mesmo Presidente da Província ao Inspetor Geral das Aulas, em 5 de junho de 1852, em que transmite a sua decisão diante das várias solicitações dos professores primários

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

da vila de Campos e povoado de Chapada. Orientando o inspetor geral das aulas que esses professores se respaldassem no regimento interno das aulas para ter seus pedidos de objetos e Utensílios atendidos, esses professores deviam, por intermédio do inspetor geral das aulas, fazer chegar à presidência da Província os orçamentos dos objetos solicitados. Pois, dessa forma, seriam supridos na medida das suas necessidades e do orçamento do poder público.

Não permittindo a urgencia com que os professores de 1<sup>as</sup> letras da villa de Campos, e do povoado da Chapada, solicitam desta presidencia o fornecimento de vários obcjetos e utensis p<sup>a</sup> as suas aulas, que se guarde pela promulgação do regimento interno das aulas a que VmCe acuda para então serem atendidos, convem que VmCe ordene aos sobre ditos professores que p<sup>o</sup> seu intermédio façam chegar a presença desta presidência o orçamento dos objetos que forem indispensáveis para suas aulas, afim de se determinar a entrega da quantia em que elles houverem de importar. Deos Guarde a VmCe. J. A. d'Oliveira Silva <sup>xii</sup>

Já em outro caso encontrado em 18 de junho de 1849, o professor Leandro Francisco Borges, em ofício à presidência da Província, informou que fez o juramento perante a Câmara na cidade de Laranjeiras e assumiu a Cadeira de Primeiras letras como professor substituto. Ainda noticiou a situação estrutural da Cadeira que se encontrava carente de mobília, pois o mobiliário utilizado até aquele momento era de propriedade do seu predecessor.<sup>xiii</sup>

Assim, observam-se aspectos referentes ao trabalho de professor nas atividades públicas, com a formalização dos seus deveres a partir do ato de fazer juramento perante a Câmara Municipal, nesse caso, da Cidade de Laranjeiras. Já em virtude das condições estruturais em que se encontrava a Cadeira, o professor Leandro começou a estabelecer ligações de interdependência com o Estado, pois ao fazer parte do quadro de funcionários públicos se via na obrigação de solicitar da presidência da província o mobiliário necessário para sua aula, tendo em vista que era obrigação do governo prover a instrução na província sergipana de acordo com o Ato adicional de 1834.

Pode-se conjecturar que o governo criou mecanismos para evitar fraudes por parte dos professores na restituição das somas empregadas em compra dos utensílios ou mobiliários necessários para as aulas. É o que, aparentemente, informa o ofício enviado, em 29 de agosto de 1853, pelo Presidente da província Luiz Antônio Pereira Franco ao comissário da instrução pública da capital:

Comvem q<sup>e</sup> Vm<sup>ce</sup> recom<sup>de</sup> aos Professores Publicos da província, que, quando se tornar preciso, derijão a Vm<sup>ce</sup> seus pedidos, com declaração dos objetos que forem indispensaveis, dos preços p<sup>a</sup> que proximadamente poderão ser compradas, ou manufacturadas, das datas em que pela ultima ves forão suas aulas suppridas, com que objectos, e que destino servirão elles, afim de que Vm<sup>ce</sup>, ouvindo a semelhante respeito as Commissões Municipais, se o julgar conveniente, possa obter d'este governo previa autorisação pra(?) despesa com o resp<sup>o</sup> fornecimento: prevenindo outro servidor mesm<sup>o</sup> os professores, que sendo abusiva a pratica de cada um, a seo m<sup>mo</sup> arbítrio, se munir dos utensílios, que considera necessários, não será indennisado qualquer dispêndio, que por tal modo se fizer.<sup>xiv</sup>

Aparentemente simples esse mecanismo de controle no fornecimento de materiais básicos, mas que na verdade, esconde uma preocupação constante com a utilização dos recursos empregados pelo governo provincial na instrução. A declaração dos itens necessários para as aulas e dos preços aproximados do mobiliário para serem confeccionados ou

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

comprados de acordo com as necessidades demonstram também as relações de poder que interferiam na criação dos objetos e nos valores aplicados sobre eles, o que reflete as concepções educacionais da época.

### 2.2 Licenças para cuidar da saúde, viagens e exonerações: o caso do professor da Cadeira de Primeiras Letras da cidade de Laranjeiras

Assim como os utensílios e mobílias solicitadas nos ofícios encontrados nos livros de Registro da presidência da província, outras solicitações feitas por professores públicos primários eram realizadas. As mais comuns eram as solicitações para cuidar da saúde, ir à capital da província e a exoneração do cargo público. Esses registros demonstram as particularidades no que diz respeito à atividade de professor público primário em Sergipe, no início da segunda metade do século XIX.

Pode-se tomar como exemplo o professor público primário Leandro Francisco Borges. Sobre esse professor, foram encontrados ofícios, correspondências enviadas e recebidas, relatórios de instrução pública de 1850, 1852 e 1853, em que ele foi mencionado, deixando pistas sobre a sua atuação pedagógica até a sua jubilação, formalizada no Jornal do Aracaju do ano de 1854.

Assim, nas fontes consultadas, a primeira menção a Leandro Francisco Borges ocorreu em 4 de junho de 1849, ao assumir uma Cadeira de primeiras letras da Cidade de Laranjeiras, como consta no relatório do Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva de 17 de novembro de 1853, indicado no quadro demonstrativo das cadeiras de ensino primário e secundário existentes na Província, com declaração das leis que as criaram, dos professores que as regeram e as datas de seus provimentos.

As correspondências enviadas por professores primários frequentemente tinham o objetivo de solicitar licença para tratamento de saúde. Em ofício enviado pelo Inspetor Geral das Aulas, Guilherme Pereira Rebelo, ao presidente da província, José Antônio de Oliveira e Silva, em 06 de janeiro de 1852, Leandro Francisco Borges solicitou licença de três meses para tratar da sua saúde. É mencionada na correspondência a existência de um atestado “que justifica esse pedido”, demonstrando a urgência de seu afastamento. No entanto, essa solicitação de licença seria a primeira de uma série de outras.<sup>xv</sup>

Esse mesmo professor teve um outro registro em 19 de agosto de 1852, cerca de seis meses depois, solicitando ao mesmo Presidente da Província a continuação da sua licença. O presidente informou por meio de ofício ao Inspetor Geral das Aulas que concedeu mais 3 meses.<sup>xvi</sup> Seguindo a burocracia da época, também foi informado ao Inspetor da Tesouraria Provincial sobre a referida concessão de licença.

O *Quadro demonstrativo das aulas de Primeiras Letras de hum e outro sexo desta província, e dos alunos que as frequentam*, inserido no relatório do Presidente João Amâncio Pereira de Andrade em 08 de fevereiro de 1850, mencionou que o professor público primário, Leandro Francisco Borges, ocupava naquele ano uma das quatro Cadeiras de instrução primária existentes na Cidade de Laranjeiras. Ele ministrava aula para meninos brancos e pardos, sendo 59 brancos e 45 pardos.<sup>xvi</sup>

Já no quadro que consta no relatório da Instrução Pública, que faz parte do relatório do Presidente da Província José de Oliveira Silva, datado em 08 de março de 1852, foi mencionado que o mesmo o professor ministrava aula para 130 alunos, com idade entre 4 e 15

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

anos, sendo o aproveitamento dos alunos classificado pelo Inspetor Geral das Aulas como “ótimo”. O procedimento e índole dos alunos foram classificados como “bons com poucas exceções”.<sup>xvii</sup>

Em 26 de abril 1853, entre os ofícios enviados pela Presidência da Província ao Inspetor Geral das aulas, foi encontrado um em que Leandro Francisco Borges recebeu licença que “[...] requerera para continuar a tratar da sua saúde”.<sup>xviii</sup> Além disso, constou também no relatório de instrução pública daquele ano a sua permanência na licença das suas funções, sendo substituído por Francisco Borges da Silva Rabello.

Todos os Professores achão-se no exercício de seus respectivos magistérios com exceção do professor de Pacatuba ANtonio Manuel Salles, do professor de Laranjeiras Leandro Francisco Borges, do da Capital Antonio Rodrigues de Souza Brandão, do de Propiá Messias José Alves, do de Brejo grande Francisco José Pereira, do de Itabaianinha Francisco José de Barros Padilha, da professora de Santa Luzia D. Delfina Victoria de Alcantara. Os quais estão legalmente licenciados e substituídas suas aulas na forma da lei [...] Os professores publicos em geral mostram-se cuidadosos no cumprimento de seus deveres, e entre elles não deixarei de distinguir os professores da Capital, os da cidade de Estancia, as professoras de laranjeiras, o substituto de uma das cadeiras da mesma cidade Francisco Borges da Silva Rabello [...].<sup>xix</sup>

Em ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco, ao Comissário da Instrução Pública da Capital, em 29 de agosto de 1853, informando sobre o professor substituto Francisco Borges da Silva Rabello. Suspenso das suas atividades pelo período de 15 dias por *achar se nesta Capital sem previa licença desde o dia 18 do corrente*.<sup>xx</sup>

O professor substituto foi punido por estar na capital da Província há 11 dias, depois de assumir o cargo de substituto da Cadeira de instrução primária da cidade de Laranjeiras, sem declarar a necessidade de ir à capital da Província. O fato de não informar à Câmara Municipal de Laranjeiras e ao Inspetor Geral das Aulas dos motivos que o levaram a permanecer tantos dias afastado dos seus deveres como substituto foi encarado como abandono da função, causando a suspensão por 15 dias e perda da metade dos vencimentos, conforme os art. 13 e 14 da lei de 5 de março de 1835.<sup>xxi</sup>

Em outro ofício, registrado com data de 29 de agosto de 1853, o Presidente da Província respondeu ao ofício do Comissário da Instrução Pública da Capital, datado do dia 18 do mês de agosto. Tratava-se de mais uma solicitação de licença do titular da Cadeira de Primeiras Letras na Cidade de Laranjeiras, Leandro Francisco Borges. Embora tenha recebido *mais 3 meses de licença sem vencimentos*.<sup>xxii</sup>

Em 12 de dezembro de 1853 foi registrado o envio de ofício ao Inspetor Geral das Aulas, pelo então recém-empossado Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa, em resposta a um ofício do inspetor datado de 1 de dezembro daquele ano. A resposta tinha relação com a solicitação de licença feita, mais uma vez, pelo Professor Leandro Francisco Borges. Entretanto, o pedido foi *desatendido por despacho dessa data*.<sup>xxiii</sup>

O último ofício registrado no ano de 1853 tem suposta relação com o professor substituto Francisco Borges Silva Rabello:

Chegando ao conhecim.<sup>to</sup> desta Presidencia q.<sup>e</sup> a cadeira de primeiras letras da cid.<sup>e</sup> das Laranjeiras acha-se entregue aos cuidados de uma pessoa inhabilitada para exercer o magistério pela carência absoluto de conhecimentos; recommendo a Vm.<sup>ce</sup>

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

q<sup>e</sup> em q<sup>to</sup> não toma conta da cadeira o seo respect.<sup>o</sup> proprit.<sup>o</sup>, como deve fazer e é de esperar por ter sido indefa.<sup>a</sup> p<sup>r</sup>. esta presidencia o seo reg<sup>to</sup>. de prorrogação da licença, com q<sup>e</sup> há tempos se acha na Bahia, dê as providencias necessárias á fim de q<sup>e</sup>. cesse o sobrea<sup>o</sup>. Mal, observando-se o disposto no § 9<sup>o</sup> do art.<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> do reg.<sup>to</sup> de 5 de junho de 1850. Deus Guarde a V.m<sup>cc</sup>.  
Ignacio Joaquim Barbosa.<sup>xxiv</sup>

Este ofício foi enviado ao Inspetor Geral das Aulas em 15 de dezembro daquele ano. Embora não faça referência direta ao Francisco Borges, algumas particularidades fazem com que seja possível pressupor que se trate dele. Primeiro, dentre as cadeiras da cidade de Laranjeiras nenhum outro professor foi substituído nesse período, nem foi encontrado até o presente momento registro nos relatórios de instrução pública ou nos livros de registro de ofícios expedidos de que algum professor tenha saído de licença para tratar da saúde. Segundo, por não ter sido encontrado ofício ou correspondência que ateste que o ele foi devidamente avaliado e aprovado para lecionar, conforme a legislação da época previa. Terceiro, a afirmação de *que há muito tempo se acha na Bahia* ao se referir ao titular da cadeira que estava de licença para tratar de sua saúde a um longo período, o que leva a crer que trata-se do Leandro Francisco Borges.

Por fim, em 24 de janeiro de 1854 foi atendida a solicitação de exoneração feita pelo Professor Primário Leandro Francisco Borges. A decisão de acatar o pedido foi enviada pelo Presidente da Província para o Inspetor Geral das Aulas, que tomasse as devidas providências.<sup>xxv</sup> Com apenas quatro dias após a saída do professor, a sua cadeira foi posta a concurso. Abriu-se vaga para a Cadeira do “sexo masculino” e para se candidatar deveriam comparecer devidamente habilitados ao palácio do Governo às 11 horas do dia 27 de fevereiro.<sup>xxvi</sup> Assim, é possível afirmar que,

Nesse processo, diversos personagens, especialmente o Estado, procuravam interferir nas tentativas de delimitação do espaço de atuação os professores a fim de estabelecer valores e práticas que deveriam permear a atuação desses profissionais. Esse fato corroborou para que os professores e professoras do ensino primário do século XIX encontrassem as condições necessárias para a profissionalização da categoria.<sup>xxvii</sup>

A interdependência construída entre Leandro Francisco Borges e os funcionários públicos desenvolveu-se nas relações de solicitação de utensílios, sobretudo nas concessões de licenças e solicitação de exoneração. Esse fato pode ser constatado através dos ofícios e correspondências enviados ao Inspetor Geral das Aulas, Inspetor Provincial e os ofícios comunicando o Tesoureiro Provincial para que liberasse os seus vencimentos. As fontes aqui analisadas ajudaram a desvelar uma parte da teia das relações em que esse professor esteve integrado enquanto titular da Cadeira do ensino primário da cidade de Laranjeiras.

### 3. Considerações Finais

Após todas essas considerações, é possível observar que o estado, enquanto responsável pela organização da instrução pública, era chamado a exercer sua participação através das correspondências enviadas pelos professores solicitando materiais para uso nas aulas. Eles também tinham a responsabilidade de informar sobre o início das aulas e fazer

# AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

levantamento da situação encontrado quando assumiam uma cadeira já existente, em uma demonstração oficial de compromisso.

O estado, através dos livros de registro de ofícios controlava o trabalho docente criando uma rede de interdependência que tentava manter uma organização mínima criando uma representação que era colocada à prova quando da publicação dos relatórios da instrução pública, refletindo as concepções educacionais da época.

A falta de especialização do trabalho docente, principalmente na instrução primária, dava margem para indivíduos descomprometidos com o trabalho docente lecionassem as cadeiras de instrução pública primária. Situação que se tornou alvo da legislação, que com o passar do tempo buscou elaborar critérios de capacidade mais sofisticados nas avaliações dos professores. Todavia, essas avaliações nem sempre eram eficazes, como no exemplo do substituto Francisco Borges Silva Rebello.

As concessões de licenças e solicitação de exoneração também demonstram a interdependência construída entre os professores, como o Leandro Francisco Borges, e os funcionários públicos, como o Inspetor Geral das Aulas, o Inspetor Provincial e o Tesoureiro Provincial, responsáveis por fazer funcionar o controle e a fiscalização do estado. As fontes aqui analisadas desvelaram parte da teia das relações em que os professores estiveram envolvidos.

Assim, é preciso ter em mente que os professores públicos do século XIX não vão apenas responder a um chamado político e social da educação, mas eles vão criar a necessidade dela na sociedade, sendo eles agentes ativos nesse processo. Assim, eles buscavam as situações e ações em que eles poderiam valorizar seu papel social, acarretando em uma valorização e melhoria da profissão docente.

## Notas

---

<sup>I</sup> Doutora em Educação pela UFS (2012), Professora PPG I da Universidade Tiradentes/UNIT, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Integra os grupos de pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/UNIT/CNPq), História da Educação no Nordeste Oitocentista, (GHENO GT/UNIT/CNPq) e o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Cultura (UFS/CNPq). E-mail: [amorim\\_simone@hotmail.com](mailto:amorim_simone@hotmail.com).

<sup>II</sup> Professor da Universidade de Aveiro. Graduado em Ciências da Comunicação e Doutorado em Psicologia, Neurociências e Comportamento Humano, Pós-Doutorado em Neurociências. Coordena o projeto de Neurociências intitulado *A New Hospital Environment*, promovido pelos Hospitais da Universidade de Coimbra. Integra o Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais (GPHPE/UNIT/CNPq). E-mail: [hugodealmeida@ua.pt](mailto:hugodealmeida@ua.pt).

<sup>III</sup> Aluno do Curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Tiradentes – UNIT; Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste GHENO – GT/SE; Bolsista de Iniciação Científica, modalidade PIBIC/CNPq; [gleidson.edu@live.com](mailto:gleidson.edu@live.com).

<sup>IV</sup> CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. <sup>VI</sup> CHARTIER, Roger. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 58.

<sup>V</sup> ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 19.

<sup>VI</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 31.

<sup>VII</sup> CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e quietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 11.

<sup>VIII</sup> Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, nº 1. Janeiro/junho. 2001. p. 10.

## AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE (1859-1854)

SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA

- <sup>IX</sup> LIMA, Gláriston dos Santos. **A Cultura Material Escolar**: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). 2007, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007, p. 16-17.
- <sup>X</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva para o Inspetor Provincial – 17 de outubro 1851. APES, G<sup>1</sup> 47, p. 296b.
- <sup>XI</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Amâncio José Pereira Andrade para o Inspetor da Tesouraria Provincial – 5 de junho de 1851. APES G<sup>1</sup> 47 p. 52.
- <sup>XII</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira e Silva para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 05 de Junho de 1852. APES – G<sup>1</sup> 41, p. 8b.
- <sup>XIII</sup> SERGIPE. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Leandro Francisco Borges. Laranjeiras, 18 de junho de 1849. APES – G<sup>1</sup>, 960.
- <sup>XIV</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco para o Comissário da Instrução Pública da Capital – 29 de agosto de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 13b.
- <sup>XV</sup> SERGIPE. Ofício do Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província José Antônio de Oliveira e Silva – 06 de Janeiro de 1852. APES – G<sup>1</sup> 974.
- <sup>XVI</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira e Silva para o Inspetor Geral das Aulas e para o Inspetor da Tesouraria Provincial – 19 de Agosto de 1852. APES – G<sup>1</sup> 41, p. 141b.
- <sup>XVII</sup> SERGIPE. Relatório do Presidente de Sergipe João Amâncio Pereira de Andrade, de 08 de Fevereiro de 1850. Quadro n<sup>o</sup> 10, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1046/000045.html> Acessado em 15 de Maio de 2014, às 14h40min.
- <sup>XVIII</sup> SERGIPE. Relatório de Presidente da Província de Sergipe de José Antônio de Oliveira e Silva, de 08 de Março de 1852. IHGS – Ss 5856, p. 25
- <sup>XIX</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 26 de Abril de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 7b.
- <sup>XX</sup> SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Dr. José Antônio de Oliveira Silva, de 17 de novembro de 1853. p. 2-3. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1200/000066.html> Acessado em 15 de Maio de 2014, às 14h36min.
- <sup>XXI</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco para o Comissário da Instrução Pública da Capital – 29 de agosto de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 14.
- <sup>XXII</sup> FRANCO, Candido Augusto Pereira. **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880**. v. 2: I-Z, Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879b. p. 138.
- <sup>XXIII</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco para o Comissário da Instrução Pública da Capital – 29 de agosto de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 14.
- <sup>XXIV</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente de Província Inácio Joaquim Barbosa para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 12 de dezembro de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 18.
- <sup>XXV</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 15 de dezembro de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 18b.
- <sup>XXVI</sup> SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 15 de dezembro de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 18b.
- <sup>XXVII</sup> AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente**: a Instrução primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889). Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 292.

### Bibliografia

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente**: a Instrução primária em Sergipe no Século XIX (1826-1889). Fortaleza: Edições UFC, 2013.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página**: publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

**AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE  
(1859-1854)**

**SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA**

FRANCO, Candido Augusto Pereira. **Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880**. v. 2: I-Z, Aracaju: Typografia de F. das Chagas Lima, 1879b.

JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. In: **Revista Brasileira de Historia da Educação**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, nº 1. Janeiro/junho. 2001. p. 10.

LIMA, Gláriston dos Santos. **A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858)**. 2007, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1844-1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Aracaju, 2006.

### **Fontes**

#### **Jornais**

**Correio Sergipense**. Aracaju. n. 7. 28 jan. 1854.

#### **Fontes manuscritas e documentos oficiais**

SERGIPE. Relatório do Presidente de Sergipe João Amâncio Pereira de Andrade, de 08 de Fevereiro de 1850. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1046/000045.html> Acessado em 15 de Maio de 2014, às 14h40min.

SERGIPE. Relatório de Presidente da Província de Sergipe José Antônio de Oliveira e Silva, de 08 de Março de 1852. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – Ss 5856, p. 6-25.

SERGIPE. Relatório do Presidente da Província Dr. José Antônio de Oliveira Silva, de 17 de novembro de 1853. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1200/000066.html> Acessado em 15 de Maio de 2014, às 14h36min.

SERGIPE. Livro de correspondências expedidas pelo Governo Provincial. Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES, fundo G<sup>1</sup> 41.

SERGIPE. Livro de registro de comunicação do governo da Província com as autoridades do interior. Arquivo público do Estado de Sergipe – APES, fundo G<sup>1</sup> 47.

SERGIPE. Livro de registro de correspondências do governo Provincial com o Liceu, Biblioteca, Inspetoria das Vilas, Comissões de Instrução Pública e Professores. Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES, Fundo G<sup>1</sup> 225.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Amâncio José Pereira Andrade para o Inspetor da Tesouraria Provincial – 5 de junho de 1851. APES G<sup>1</sup> 47 p. 52.

**AS SOLICITAÇÕES DE DOS PROFESSORES PÚBLICOS PRIMÁRIOS EM SERGIPE  
(1859-1854)**

**SIMONE SILVEIRA AMORIM  
HUGO DE ALMEIDA**

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva para o Inspetor Provincial – 17 de outubro de 1851. APES, G<sup>1</sup> 47, p. 296b.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 19 de agosto de 1852. APES, G<sup>1</sup> 41, p. 141b

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província José Antônio de Oliveira Silva para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 26 de Abril de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 7b.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco para o Comissário da Instrução Pública da Capital – 29 de agosto de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 13b.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Luiz Antônio Pereira Franco para o Comissário da Instrução Pública da Capital – 29 de agosto de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 14.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente de Província Inácio Joaquim Barbosa para o Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo – 12 de dezembro de 1853. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 18.

SERGIPE. Ofício enviado pelo Presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa para o Inspetor Geral das Aulas – 24 de janeiro de 1854. APES, G<sup>1</sup> 225, p. 18b.

SERGIPE. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Leandro Francisco Borges. Laranjeiras, 18 de junho de 1849. Arquivo Público do Estado de Sergipe – G<sup>1</sup> 960.

SERGIPE. Ofício do Inspetor Geral das Aulas Guilherme Pereira Rabelo para o Presidente da Província José Antônio de Oliveira e Silva – 06 de Janeiro de 1852. APES – G<sup>1</sup> 974.

SERGIPE. Livros de registros expedidos pelo governo - G<sup>1</sup> 41, G<sup>1</sup> 47 e G<sup>1</sup> 225.